

[ARQUIVO EM CARTAZ 2019]
FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE ARQUIVO

mulheres

d e C I N E M A



mulheres

d e C I N E M A

Copyright © 2019 Arquivo Nacional
Praça da República, 173
20211-350 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telefones: (55 21) 2179-1253

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Justiça e Segurança Pública
Sergio Fernando Moro

Diretora-geral do Arquivo Nacional
Neide Alves Dias De Sordi



Coordenadora-geral de Acesso e Difusão Documental
Leticia dos Santos Grativol (substituta)

Coordenador-geral de Administração
Leandro Esteves de Freitas

Coordenadora-geral de Gestão de Documentos
Larissa Candida Costa

Coordenadora-geral de Processamento e Preservação do Acervo
Aluf Alba Elias

Coordenadora-geral regional no Distrito Federal
Mariana Rodrigues Carrijo

Coordenador de Documentos Audiovisuais e Cartográficos
Antonio Laurindo

Coordenadora de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo
Leticia dos Santos Grativol

Coordenadora de Preservação do Acervo
Mariana Barros Meirelles (substituta)

Realização
Arquivo Nacional

Grupo de Trabalho Arquivo em Cartaz

Aline Camargo Torres (coordenação das oficinas técnicas)

Ana Carolina Reyes (coordenação-executiva)

Carla Machado Lopes (coordenação da mostra competitiva)

Carlos Eduardo Marconi de Carvalho (coordenação da oficina de criação de filmes Lanterna Mágica)

Cláudia Negreiros Tebyriça (coordenação das oficinas técnicas)

Januária Teive de Oliveira (coordenação da oficina de criação de filmes Lanterna Mágica)

Luciene de Almeida Simonini (coordenação das mostras Arquivo Faz Escola e Arquivos do Amanhã)

Maria Elisa da Cunha Bustamante (coordenação da mostra competitiva)

Maria Elizabeth Brea Monteiro (coordenação de debates e mesas-redondas)

Mariana Monteiro da Silveira (curadoria)

Mauro Domingues (coordenação de debates e mesas-redondas)

Sylvana Cotrim Lobo (coordenação-executiva)

Valéria Maria Morse Alves (coordenação das mostras Arquivo Faz Escola e Arquivos do Amanhã)

Viviane Gouvêa (curadoria)

REVISTA ARQUIVO EM CARTAZ

Edição

Antonio Laurindo

Rafael Medeiros Santos

Revisão

José Claudio Mattar

Mariana Simões

Pesquisa de imagens

Antonio Laurindo

Projeto gráfico e diagramação

Alzira Reis

Arte da capa

Simone Kimura

Imagem da capa: <https://www.freeimages.com/francescomaglione>

A mulher, atriz e deputada Maria da Conceição da Costa Neves

Retratos de uma época

Ana Carolina Reyes

Bacharel em Ciências Sociais e Direito e especialista em Arte e Educação. Técnica em assuntos culturais da Equipe de Processamento Técnico de Documentos Audiovisuais, Sonoros e Musicais do Arquivo Nacional

*Voltei ao tempo em que minha memória nasceu*¹

| Maria da Conceição da Costa Neves

Em sua autobiografia intitulada *Rua sem fim*, de 1984, Maria da Conceição da Costa Neves avisa que não deixará nenhuma gaveta fechada.

Serão todas elas abertas, com chave ou gazuá, com facilidade ou dificuldade, pois muitas delas estarão emperradas pela ferrugem do tempo. Haverá de tudo e para todas as sensibilidades. Maços de cartas em papel azul-céu com fitinhas róseas, flores secas, certidões de casamento, nascimento e óbito, um pouco de terra dentro de um papel que já perdeu a cor, que poderá ter vindo de túmulos, como poderá ser de um canto de mata onde se realizou uma posse furtiva.²

Sua autobiografia seria composta de três volumes, mas apenas o primeiro foi publicado. Alguns anos depois, em 1989, Maria da Conceição veio a fa-

lecer. Em 2009, seu acervo pessoal foi entregue ao Arquivo Nacional por sua sobrinha, Mônica Telles, por intermédio do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. Este centro foi criado naquele ano no âmbito da Casa Civil da Presidência da República e sob a coordenação do Arquivo Nacional, com o objetivo de reunir e tornar acessíveis, em um portal na internet, informações acerca de arquivos referentes ao regime militar, custodiados por diversas instituições públicas e privadas.

Uma das ações previstas quando da criação do Memórias Reveladas era o incentivo à doação, por particulares, de documentos que retratassem a ditadura militar, com a simplificação dos trâmites burocráticos para isso. O acervo de Maria da Conceição traz elementos que

1 NEVES, Maria da Conceição da Costa. *Rua sem fim*: autobiografia. São Paulo: Ed. das Américas, 1984, p. 10.

2 *Ibidem*, p. 17.

ajudam a recontar a história desse período, tendo em vista que ela teve grande atuação como deputada, participou da oposição ao governo de João Goulart e, posteriormente, sofreu a cassação de seu mandato em 1969, em decorrência do ato institucional n. 5 – AI-5.

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre o acervo privado de Maria da Conceição, sob a guarda do Arquivo Nacional, e sua autobiografia, que foram as fontes utilizadas para conhecermos um pouco de sua vida e também permitiram descortinar aspectos da época e da sociedade em que ela viveu. Para além de trazer características individuais, uma biografia e um acervo pessoal situam o indivíduo em uma teia social. Pretende-se, ainda, indicar as potencialidades para a pesquisa que o acervo guarda.

No primeiro volume de sua autobiografia, Maria da Conceição conta sua história de vida desde pequena até a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939. Narra as dificuldades financeiras na infância; seu primeiro amor na adolescência; a vida em Juiz de Fora, sua cidade natal; seu primeiro casamento com Horácio, 27 anos mais velho do que ela; o nascimento e morte de seus três filhos; sua mudança para o Rio de Janeiro; sua paixão por Procópio Ferreira; seu ingresso na carreira artística; sua mudança para São Paulo; seu casamento com o médico Matheus

Santamaria. A partir de 1938, o que apresentamos adiante sobre sua trajetória biográfica se baseou em texto extraído do site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e no currículo que se encontra ao final de sua autobiografia.

Maria da Conceição nasceu em 1908, em Juiz de Fora. Fez parte da primeira geração de brasileiros de sua família. Seu pai era português, sua mãe, norte-americana. Embora fosse, nas palavras de Conceição, uma família de posses até antes de seu nascimento, durante sua infância seus pais enfrentaram uma situação financeira muito difícil, “quase de extrema miséria”. Apesar disso, conseguiu ingressar na escola ainda pequena e terminar os estudos. “Andava oito quilômetros para ir ao Grupo [Grupo Escolar Delfim Moreira, onde estudou], quatro para ir, quatro para voltar, pés descalços e muitas vezes sem levar merenda – lanche”.³

Maria da Conceição conta sobre a primeira vez que foi ao cinema, quando tinha oito anos. Havia uma moça, apelidada de d. Mulata, que veio morar ao lado de sua casa. Na vizinhança comentavam que a moça era mantida pelo filho de um rico fazendeiro, estudante de engenharia, e quase ninguém a cumprimentava, “como mandavam os bons costumes estabelecidos pela tal sociedade [...] que tudo finge não ver desde que seja feito às ocultas”.⁴

3 NEVES, Maria da Conceição da Costa, op. cit., p. 21.

4 Ibidem, p. 28.



D. Mulata, certa vez, aproximou-se de Conceição e, tomando conhecimento de que a menina já sabia ler, perguntou se ela poderia ler uma carta que havia chegado. Conceição prontamente atendeu ao pedido, ao que a vizinha retribuiu com doces e uma prata. Passado um tempo, houve um falecimento na vizinhança, e a mãe de Conceição perguntou se d. Mulata poderia ceder algumas flores de seu jardim para ornar o caixão. Muitas foram as flores, e a mãe de Conceição ficou bastante comovida, estabelecendo-se uma intimidade entre elas. Conta Conceição:

Um dia, d. Mulata pediu à minha mãe para deixar que eu fosse com ela ao cinema. Tinha tanta vontade de ver uma fita que iam exibir, e não tinha companhia. Minha mãe deve ter relutado, mas cedeu. E lá fui ao cinema com a “moça do engenheiro”. Achei magnífico. Não ia nunca à parte alguma e d. Mulata comprava balas, mas o que d. Mulata queria não era apenas companhia, era quem lesse para ela os letreiros das fitas, naqueles tempos do cinema mudo.⁵

Em 1928, já desquitada do primeiro marido, com quem teve três filhos, e morando no Rio de Janeiro, Maria da Conceição conhece Procópio Ferreira, então com 33 anos, por quem se apaixonou. Ainda na década de 1930, passou a viver com ele. Embora nenhum dos dois pudesse, pela lei, se casar novamente,

pois ambos eram desquitados, viveram como casados por alguns anos.

Conceição narra a forma como se tornou atriz da companhia de teatro de Procópio Ferreira. Certo dia, em um ensaio, uma das atrizes da companhia não conseguia acertar seu papel. Procópio estava muito irritado e mandou suspender o ensaio. Conceição disse, brincando, para desanuviar o ambiente, que iria interpretar a cena da forma como ele havia orientado.

“Se acertar, quero aplausos e se errar estão proibidos de vaiar” [...]. Fui, peguei a peça, entrei como rainha, pisei como rainha, olhei como dona do mundo e falei como artista. Li uma página e parei, dando gargalhadas. Minhas gargalhadas foram abafadas pelas palmas dos que estavam na plateia. [...] Havia nascido uma estrela de teatro.⁶

Havia unanimidade entre os amigos e artistas da companhia de que *Conceição da Costa Neves* não era nome adequado para o teatro. Assim, Catulo da Paixão Cearense sugeriu *Regina* (“Rainha é, então será Regina”), e *Maura* foi retirado da pesquisa nos muitos sobrenomes da família de Conceição. Regina Maura foi uma atriz de grande sucesso, tendo percorrido várias cidades do país, encenando diversas peças. Após a morte de sua terceira filha e tendo já rompido sua relação

5 NEVES, Maria da Conceição da Costa, op. cit., p. 26.

6 Ibidem, p. 82-83.

com Procópio, Conceição conta que o povo, querendo acarinhá-la, lança seu nome para Rainha do Baile das Atrizes, no carnaval de 1934. Foi eleita a primeira rainha das atrizes e coroada no teatro João Caetano. Assim conta essa experiência:

Primeira Rainha do Baile das Atrizes. Nunca fui carnavalesca. Adoro dançar, mas tenho horror das camisas suadas, das caras molhadas de suor. Acho que sou uma bailarina frustrada, das muitas biografias que li, já reli, a de Isadora Duncan. No meu tempo, moça de família nem pensar podia ser bailarina, “tá com o diabo no corpo?”

Primeira Rainha do Baile das Atrizes uma criatura que nunca entrou num cordão carnavalesco?! E aconteceu. Fui eleita e o chefe da Casa Civil do meu amigo dr. Getúlio Vargas, o notável Lourival Fontes, mais tarde senador, foi ao teatro João Caetano, em nome do presidente Vargas, coroar a rainha Regina Maura.

Quando eu tinha 15 anos, a cartomante me disse: menina vejo você sendo coroada!⁷

Alguns anos depois, em 1938, Maria da Conceição se casou com o médico Matheus Galdi Santamaria, de quem se separou em 1955. Durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1943 e 1945,

Maria da Conceição da Costa Neves foi diretora da Cruz Vermelha do Brasil, em São Paulo. Em 1946, fundou e presidiu a Associação Paulista de Assistência ao Doente da Lepra. Seu trabalho em defesa dos doentes de hanseníase tornou-a conhecida por meio da imprensa e, em janeiro de 1947, iniciou sua carreira política como deputada estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Foi a terceira mais votada entre 75 deputados, e também a única mulher eleita para a Constituinte de 1947.

Uma das principais áreas de atuação da deputada foi a defesa dos doentes de hanseníase e de suas famílias, tendo sido autora de leis e projetos que lhes garantiam direitos.⁸ Na sua primeira legislatura, Maria da Conceição foi chamada a participar de um grupo incumbido de averiguar a estrutura dos asilos-colônia do estado de São Paulo,⁹ para onde eram levados os doentes de lepra. Em razão de suas denúncias sobre as péssimas condições de funcionamento desses estabelecimentos, abriu-se uma investigação, realizada pela Alesp e publicada em relatório, que é hoje considerada a primeira comissão parlamentar de inquérito (CPI) da história do Legislativo paulista.

7 NEVES, Maria da Conceição da Costa, op. cit., p. 140.

8 Dentre eles podemos citar, por exemplo, o que concede preferência aos filhos de internos em sanatórios de lepra para matrícula nos estabelecimentos oficiais de ensino (n. 1.174, de 1953).

9 Para conter uma endemia de lepra, o estado de São Paulo iniciou, a partir da década de 1930, uma política de internação compulsória dos portadores da doença. Foi criada uma rede de cinco asilos-colônia para receber essas pessoas, vindas de diversas localidades do estado de São Paulo ou mesmo de estados vizinhos. Essa estrutura serviu de modelo para outros estados e ficou conhecida como “modelo paulista”.

Maria da Conceição participou ativamente da política, tendo sido uma das fundadoras do PTB. A partir de 1947, foi eleita deputada estadual para sucessivas legislaturas na Alesp (legislaturas de 1951-1954, 1955-1958, 1959-1962, 1963-1966 e 1967-1969). Entre 1960 e 1963, foi eleita e reeleita vice-presidente da assembleia, sendo a primeira mulher a assumir a presidência de um parlamento estadual no Brasil, quando da viagem do presidente Roberto Costa de Abreu Sodré ao exterior.

A deputada fez parte do movimento que depôs o presidente João Goulart em 1964. No entanto, depois se tornou crítica do regime militar que vigorou no Brasil de 1964 a 1985. Após a extinção dos partidos políticos e a implantação do bipartidarismo, ela se filiou ao partido de oposição ao regime, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do qual também foi uma das fundadoras.

Com a publicação do ato institucional n. 5, em 13 de dezembro de 1968, a Alesp ficou fechada de 7 de fevereiro de 1969 a 31 de maio de 1970, e entre os 27 deputados estaduais cassados estava Maria da Conceição da Costa

Neves, que ainda perdeu seus direitos políticos por dez anos.¹⁰ Na década de 1970, participou de movimentos pela anistia. Foi também jornalista e escritora, tendo lançado, além da sua autobiografia, já citada, os livros de poemas *Na esquina do mundo* e *Na praça da vida*.¹¹

Acervo pessoal, biografia e pesquisa: algumas reflexões

O acervo que se encontra no Arquivo Nacional foi acumulado pela própria Maria da Conceição da Costa Neves, sendo, portanto, um arquivo privado pessoal. Compreende documentos audiovisuais e sonoros, relativos às suas atividades como militante e deputada estadual de São Paulo, em um total de nove películas e nove fitas audiomagnéticas de carretel aberto (também chamadas de fitas-rolô).¹²

São gravações de programas de rádio, em que Maria da Conceição e outras personalidades políticas são entrevistadas; discursos da deputada na Assembleia Legislativa de São Paulo; imagens em movimento de Maria da Conceição em momentos de lazer com

10 No acervo do Arquivo Nacional, há um processo que integra o Fundo Serviço Nacional de Informações sobre a cassação do mandato de Maria da Conceição e a perda de seus direitos políticos. Nele, Conceição pleiteia informações sobre os motivos que levaram à sua cassação. Há uma carta ao então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, em que ela menciona sua atuação como deputada e também no movimento que depôs o presidente João Goulart. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.76097661.

11 O livro *Na praça da vida* teve o resultado de suas vendas revertido integralmente à Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra.

12 O Arquivo Nacional disponibiliza ao público o acesso à descrição dos documentos e aos seus representantes digitais através do seu portal na internet Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian): <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>.

seus familiares e amigos e também do seu trabalho de filantropia junto a crianças internas em um dos leprosários do estado de São Paulo, dentre outros. Este último documento é uma das poucas películas em nitrato que compõem o acervo do Arquivo Nacional e foi digitalizada em 2017 por ocasião do III Arquivo em Cartaz – Festival Internacional de Cinema de Arquivo.¹³

Ao mesmo tempo em que o acervo reflete parte das atividades empreendidas por Maria da Conceição (as datas de produção da documentação sonora estão compreendidas entre o final da década de 1950 e meados dos anos 1960), é importante refletir sobre suas escolhas em relação aos documentos acumulados, no sentido de moldar a imagem de como quer ser lembrada. Que facetas são mostradas/omitidas nos documentos que ela acumulou? As mesmas questões podemos levantar no tocante à sua autobiografia. E em se tratando de acervo pessoal doado pela família (que é o caso do acervo de Maria da Conceição), podemos pensar também sobre que documentos são escolhidos para serem entregues à instituição de memória, no sentido de construir a imagem do ente querido.

Quando se observa o acervo sonoro acumulado por ela, nota-se que não há quase nenhuma referência sobre sua

vida profissional como artista, embora tenha sido uma atriz de grande destaque. Na imprensa escrita, de acordo com a pesquisa de Carla Porto,¹⁴ o fato de ter trabalhado como atriz foi utilizado como motivo de depreciação de sua atuação política. Em sua autobiografia, Conceição relata os preconceitos que enfrentou quando decidiu ingressar na carreira artística e como a sociedade de então via os artistas. Como se percebe no trecho a seguir, ao narrar os preconceitos da época, ela mesma se mostra bem crítica (quicá preconceituosa) em relação a essa sociedade.

As famílias burguesas dos países sem tradição, esses países novos cuja cultura ainda é importada como importados são muitos os artigos essenciais à vida das populações, essas famílias, por via de preconceitos tortos, de que elas mesmas desconhecem a estrutura e até a razão de existirem, fincadas apenas em não desejar modificar esses preconceitos, tinham ainda opiniões podres sobre os artistas. Não os consideravam seres privilegiados, o que seria muito a exigir da estupidez delas, mas chegam a entendê-los criaturas anormais, marginais, indesejáveis. A notícia de que eu iria trabalhar em teatro foi mesmo uma revolução. Neste país, ainda muito pão precisará a sua gente comer, muita cartilha precisará ler e muito medi-

13 O nitrato foi o material amplamente utilizado em películas até os anos de 1950, quando passou a ser substituído pelo acetato, por conta do risco de entrar em combustão espontânea.

14 PORTO, Carla Lisboa. Conceição Santamaria: elementos biográficos na construção de um discurso pelo jornal *O Estado de São Paulo* (1945-1954). *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 12, n. 1, p. 203-220, jan.-jun. 2016.

RUA SEM FIM

Conceição da Costa Neves

AUTOBIOGRAFIA



TRILOGIA
VOLUME I



EDAMERIS

ramento tomar, até chegar à sensibilidade da arte. [...] O artista é o boêmio que vive de expediente, sem profissão definida e sem a definida situação financeira. *A mulher que se sente ser artista é por eles chamada de prostituta*.¹⁵

Conceição teve, inclusive, que enfrentar a ameaça de perder sua filha para o pai da menina, que queria afastá-la da mãe quando soube que esta seria atriz. Ela diz que precisou lutar e ir às leis: “já havia a lei do deputado federal dr. Getúlio Vargas, que dava profissão ao artista e que impedia que falsos empresários explorassem autênticos artistas – foi aí que aprendi a amar Getúlio Vargas”.¹⁶

Se, por um lado, em seu acervo pessoal, poucas referências há sobre o período em que foi atriz de teatro, em sua autobiografia Conceição dedica muitas páginas a falar de sua carreira de artista, que se misturava com a vida pessoal ao lado do seu companheiro Procópio Ferreira. Além de narrar as histórias envolvendo o trabalho propriamente de atriz (ela conta detalhes sobre ensaios, turnês por várias cidades, elaboração das peças, figurinos, a crítica na imprensa etc.), menciona as diversas personalidades com quem se envolveu durante os três anos em que atuou no

teatro, no início da década de 1930.

“Nem antes, nem depois, convivi com tantos, tão variados e verdadeiros intelectuais. Aprendi muito, muito, muito. A eles devo do pouco que sei, do quase nada que sou”.¹⁷ Rui Barbosa, Noel Rosa, Carmem Miranda, Joracy Carmargo, Oduvaldo Viana, Irineu Marinho, Getúlio Vargas, Catulo da Paixão Cearense e vários outros artistas, juristas e políticos. Podemos indagar se já estariam sendo erigidas aí as bases da futura carreira política de Conceição, bem como pensar a relação entre artistas e políticos na primeira metade do século XX.

Maria da Conceição, em sua autobiografia, retrata bem essa relação ao narrar a história da elaboração de *Deus lhe pague*, pelo dramaturgo Joracy Camargo, sua peça mais famosa, que “teve cerca de 10 mil representações, no Brasil e fora dele, com versões em japonês, hebraico, francês, inglês, iídiche e espanhol”.¹⁸ Joracy estava preso na Casa de Detenção por ter falsificado um cheque de pouca importância. A ideia da peça nasceu depois que Procópio Ferreira leu em um jornal de São Paulo que havia um senhor, de barbas e cabelos longos, que convivia com os estudantes no largo de São Francisco e usava palavras profundas. Era chama-

15 NEVES, Maria da Conceição da Costa, op. cit., p. 83, grifos nossos.

16 Ibidem, p. 87.

17 Ibidem, p. 149.

18 NISKIER, Arnaldo. *Deus lhe pague*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/artigos/deus-lhe-pague>. Acesso em: 12 jul. 2019.

do “O filósofo”. Procópio pediu a Joracy que escrevesse uma peça em que ele pudesse encenar um tipo como o desse senhor. Enviam então ao dramaturgo, por sua solicitação, resmas de papel, caixas de lápis e um exemplar do livro *Gênese*. Quando chegaram as primeiras páginas, todos as consideraram geniais. Mas Procópio queria poder conversar com Joracy a cada dia, e não por correspondência. Assim, Maria da Conceição teve a ideia de ir ao palácio Monroe falar com o então ministro da Justiça, Oswaldo Aranha, que era espectador assíduo de suas peças.

Contei-lhe o caso e disse: tenho um pedido difícil de ser atendido, mas se não fosse difícil não o viria procurar.

– “Diga lá Regina, o que tu queres.”

– Queria que fosse dada uma licença especial para que o Joracy saísse todas as noites da Detenção, depois do espetáculo, jantasse em minha casa – Rua D. Mariana –, lesse e discutisse com Procópio o que havia escrito durante o dia e antes de clarear, nós o devolveremos à Detenção.

– “Não é fácil, vamos fazer três vezes por semana?”

– Vamos! Assim foi escrito o “Deus lhe pague”.¹⁹

Segundo a pesquisadora Carla Porto,²⁰ muitas críticas dirigidas pela imprensa escrita a Maria da Conceição traziam à baila o fato de ter atuado no

teatro, além de ser mulher, ocupando um espaço majoritariamente dominado por homens. Em seu acervo sonoro, podemos notar em entrevistas de programas de rádio com Maria da Conceição esse mesmo tom de crítica ou jocosidade. Vê-se a tentativa de alguns entrevistadores de desqualificá-la por ser mulher. No diálogo a seguir entre o apresentador do programa de rádio e Maria da Conceição, podemos notar como o pronome de tratamento escolhido para se referir a ela desconsidera seu cargo político de deputada e se volta ao seu estado civil:

Entrevistador: Devemos dirigir-lhe a palavra com o tratamento de senhora ou senhorita, hein?

Maria da Conceição: ah esta é uma saída muito interessante. Vocês já iniciaram de maneira diferente. Realmente fizeram bem, é mesmo uma situação diferente. Geralmente não é essa pergunta. Vocês perguntam “Vossa Excelência”, porque eu sou “Vossa Excelência”. Eu sou “Excelência”, quer queiram, quer não queiram. Mas como vocês já deviam saber que eu ia dizer que dispensava o tratamento de Vossa Excelência, porque estamos realmente num regime democrático, onde esse tratamento de Vossa Excelência é um detalhe do meu mandato [...] mas como eu tenho quase a certeza, mesmo a votação sendo secreta, de que eu represento um número muito maior de eleitores da

19 NEVES, Maria da Conceição da Costa, op. cit., p. 104.

20 PORTO, Carla Lisboa, op. cit.

classe média para baixo, essa gente humilde de São Paulo, e que eu iria dispensar o tratamento de Vossa Excelência, mas quando os senhores me chamassem de você, eu iria dizer que “você” não, “você” não! “Senhorita” por quê? “Senhorita” são aquelas senhoras que costumam ter filhos e teimam em ficar solteiras. Eu sou casada. Eu sou senhora.

Entrevistador: Conceituadíssima senhora dona Conceição, a senhora empenha a sua palavra publicamente como não tem conhecimento de nenhuma das perguntas que lhe vamos formular?

Maria: Empenho. Até porque se fora isso eu não viria. Seria uma farsa, e eu não me submeto à farsa.²¹

Célia Pinto aponta que na década de 1950 apenas às mulheres pertencentes às camadas populares da sociedade era consentido o trabalho fora de casa por uma questão de sobrevivência (embora essas mulheres sofressem toda sorte de abusos no ambiente de trabalho). “Nas elites e classes médias urbanas, o lugar sagrado da mulher era o lar, cumprindo seu papel de mãe santificada, pelo menos nos discursos da família ideal, sendo, portanto, desaconselhável e mesmo vetado ter vida pública”.²² Se levarmos em consideração dados

do IBGE de 2017,²³ mostrando que as mulheres ainda são minoria em cargos políticos no Brasil (16% entre os senadores e 10% entre os deputados federais), podemos imaginar o que era ser deputada na década de 1950.

Porto analisou o discurso construído pelo jornal *O Estado de S. Paulo* entre os anos de 1945 a 1954, que buscava promover a legitimação do modelo paulista de internação de doentes de lepra, e as críticas da imprensa dirigidas a Maria da Conceição da Costa Neves, que se contrapunha a esse modelo. Segundo a autora, as principais acusações dirigidas pela imprensa escrita à deputada e à sua atuação foram de que pretendia obter reconhecimento por meio dos doentes de lepra, de desviar recursos de doações dos leprosos e também de corrupção pela venda de um projeto de lei apresentado pela deputada.²⁴

Nas gravações existentes no acervo sonoro, vemos exemplos, em programas de rádio de que Maria da Conceição participou, de questionamentos dos entrevistadores acerca dessas acusações. São feitas perguntas sobre “querer fazer cartaz com a desgraça alheia” e se ela “tinha conhecimento da venda do projeto de lei n. 336 [de 1951]”. Em suas falas, Maria da Concei-

21 Arquivo Nacional, Fundo Maria da Conceição da Costa Neves, BR RJANRIO CCN.0.DSO.004.

22 PINTO, Céli Regina Jardim. Elas não ficaram em casa: as primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 33, n. 62, p. 461, maio-ago. 2017.

23 SILVEIRA, Daniel. Em ranking de 190 países sobre presença feminina em parlamentos, Brasil ocupa a 152ª posição. G1 Rio, 7 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/em-ranking-de-190-paises-sobre-presenca-feminina-em-parlamentos-brasil-ocupa-a-152-posicao.ghtml>.

24 PORTO, Carla Lisboa, op. cit.

CONFIDENCIAL
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
GABINETE

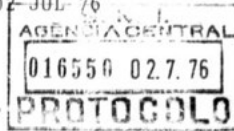


MEMO Nº 1714/SI-Gab

Do Ch GAB/SNI

Em 02 JUL 76

Ao Sr Ch AC/SNI



REFERÊNCIA: MEMO Nº 190/SI-GAB, de 28 Jan 75.

ANEXO: INFÃO Nº 179/15/AC/76, de 28 Jun 76, e seus anexos.

97661

RESUMO DO ASSUNTO: MARIA CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES - Ex-Dep Est do MDB/SP.

DESPACHO: Por tratar-se de solicitação do Exmo Sr P:R, à AC para que seja aprofundada, qual a real causa da cassação da marginada.

ção sempre procurou destacar algumas características suas para se contrapor às acusações. Enfatizava a honestidade, a sinceridade, ao mesmo tempo em que se colocava como representante dos mais humildes – o que pode ser notado no trecho da entrevista transcrita anteriormente. Nas gravações é possível percebê-la como uma oradora eloquente e debatedora tenaz.

Consegue-se ainda extrair do acervo sonoro seus posicionamentos políticos, bem como as ideias políticas que circulavam na época. Maria da Conceição era grande admiradora de Getúlio

Vargas. Por outro lado, se contrapôs ao presidente João Goulart, tendo apoiado o governo iniciado em 31 de março de 1964. É comum também encontrar perguntas de entrevistadores sobre seu posicionamento em relação à União Soviética e ao comunismo, nos permitindo vislumbrar as principais divergências ideológicas daquele período. Em sua autobiografia, Conceição apresenta suas críticas no tocante ao regime socialista.

Como afirma Verena Alberti, “a história do sujeito e a história da sociedade e do grupo de que faz parte se relacionam

continuamente”.²⁵ Embora esteja se referindo ao trabalho com história oral, essa observação se aplica ao trabalho em acervos pessoais e com biografias. Segundo Levi,²⁶ compreender uma trajetória biográfica, que tem suas particularidades, é também olhar para suas relações com a época e a sociedade em que o indivíduo está ou esteve inserido. A pesquisa que se utiliza de biografias (e podemos estender a reflexão para a pesquisa em acervos ou arquivos privados, como é o acervo de Maria da Conceição) possibilita conhecer, ao menos em parte, a mentalidade da época, o contexto social em que o indivíduo se encontra, suas relações com diferentes grupos.

O acervo sonoro de Maria da Conceição da Costa Neves reconstrói parte da memória política e da história do Brasil de meados do século XX, uma vez que sua titular se engajou politicamente em diversas causas, tendo sido eleita deputada estadual por várias legislaturas, apoiou o movimento que depôs João Goulart e teve seu mandato cassado durante a ditadura militar. Dessa maneira, visualizamos muitos temas de pesquisa que podem ser explorados no acervo, como a participação da mulher na política; o espaço do rádio na sociedade da época; a dinâmica política que antecedeu o golpe militar e no pós-golpe, considerando alianças e adversários

políticos; e, certamente, a história da lepra no Brasil, que não pode ser contada sem o nome de Maria da Conceição.

“Algumas vezes, Regina Maura e Conceição criavam tremendos conflitos dentro da mesma mulher”²⁷

Para Bourdieu,²⁸ na construção de uma narrativa biográfica, é possível notar a atribuição de um sentido na escolha dos fatos narrados, de uma lógica, ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, estabelecendo relações inteligíveis e um fio condutor coerente para a trajetória biográfica.

Percebemos a presença desse “fio condutor” na autobiografia de Maria da Conceição e mesmo nas entrevistas presentes em seu acervo sonoro, quando ela destaca algumas características suas que dão unidade à sua história e trajetória. Diante de variadas situações, ela procura salientar a sua determinação, se apresenta como uma pessoa que sempre correu atrás do que queria, sendo honesta, justa, sincera e franca e que respeita a sua voz interior. A sucessão de acontecimentos em sua vida parece assentada nesse seu jeito de ser, e eles são narrados como se tivessem um encadeamento lógico. No entanto, como nos leva a refletir Bourdieu, a história não é una; a linha não

25 ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 94.

26 LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, p. 167-182.

27 NEVES, Maria da Conceição da Costa, op. cit., p. 145.

28 BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.), op. cit., p. 183-191.

é reta e muitos são os caminhos possíveis. Somos muitas dentro de uma, como demonstra a frase – extraída da autobiografia de Conceição – que serviu de título a esta sessão.

Podemos utilizar essas ideias para entendermos como alguém constitui seu arquivo pessoal: que documentos são escolhidos para guardar, que refletirão a sua trajetória de vida, construindo assim a imagem que se deseja ter de si e o sentido que se deseja dar à sua vida? Estas reflexões nos permitem vislumbrar potencialidades e desafios no trabalho com arquivos privados.

O pesquisador que trabalha com relatos orais, biografias e mesmo arquivos pessoais está diante da necessidade de

confrontar as informações ali encontradas com outras fontes, considerando que o ato de rememorar (como o de guardar documentos) é algo seletivo. Como diz Artières, “não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens”.²⁹ Ainda que Maria da Conceição ambicionasse abrir todas as gavetas fechadas de sua história, como anuncia no início da sua autobiografia, o ato de esquecer caminha junto com o de lembrar, e algumas gavetas não serão passíveis de serem abertas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Conceição da Costa Neves. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=291251>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- _____. Deputada Conceição da Costa Neves: centenário de nascimento. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=290362>. Acesso em: 2 mar. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p. 183-191.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p. 167-182.
- NEVES, Maria da Conceição da Costa. *Na praça da vida*. São Paulo: Martins, 1976.
- _____. *Rua sem fim: autobiografia*. São Paulo: Ed. das Américas, 1984.
- NISKIER, Arnaldo. Deus lhe pague. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <http://www.academia.org.br/artigos/deus-lhe-pague>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Elas não ficaram em casa: as primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 33, n. 62, p. 459-490, maio-ago. 2017.
- PORTO, Carla Lisboa. Conceição Santamaria: elementos biográficos na construção de um discurso pelo jornal *O Estado de São Paulo* (1945-1954). *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 12, n. 1, p. 203-220, jan.-jun. 2016.
- STAMPA, Inez et al. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In: THIESEN, Icléia (org.). *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

29 ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 11, 1998.